

Relatos de Experiências: a Sala Verde Caparaó e a educação ambiental não formal

*Experiences reports: the Caparaó Green Room and non-formal environmental
education*

Ivan da costa Ilhéu Fontan¹

Arnaldo Henrique de Oliveira Carvalho²

Elaine Cristina Silva Guimarães³

Resumo

O objetivo deste trabalho foi apresentar as experiências da *Sala Verde Caparaó* na promoção da educação ambiental em espaços não formais. Dentre suas ações estão o incentivo às práticas agroecológicas e de produção orgânica, o resgate de conhecimentos populares sobre plantas medicinais e

¹ Possui graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (2005), Mestrado em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (2007) e Especialização em Proteção de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2013). Tem experiência nas áreas de Recursos Florestais, Engenharia Florestal, Silvicultura, Manejo Fitossanitário, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

² Graduado em Licenciatura Plena em Ciências Agrícolas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1998). Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade pelo Centro Universitário de Caratinga (2004). Doutorando em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus Ibatiba. Tem experiência na área de educação como professor de Educação Ambiental, Ciências Ambientais, Gestão Ambiental, Manejo Agroecológico, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, meio ambiente, agroecologia e sustentabilidade.

³ Possui graduação em Geografia pela Fundação Educacional Rosemar Pimentel (2002) e graduação em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (1999). Atualmente é servidora do Instituto Federal do Espírito - Campus Ibatiba.

sementes crioulas, a colaboração e organização de eventos, de modo a envolver a sociedade nas questões socioambientais da região.

Palavras chave: Educação Ambiental, Espaços não formais, Agroecologia.

Abstract

This study presents the experiences of the *Caparaó Green Room* in promoting environmental education in non-formal spaces. Among its actions are encouraging the agroecological practices and organic production, the rescue of popular knowledge about medicinal plants and native seeds, collaboration and organization of events in order to involve society in environmental issues in the region.

Keywords: Environmental Education, non-formal Spaces, Agroecology.

Introdução

O Projeto Sala Verde é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que visa incentivar a implantação de espaços de disponibilização e democratização da informação ambiental, oferecendo ainda a possibilidade de reflexão e construção do pensamento e de ações voltadas às questões ambientais. Criado no ano 2000, inicialmente o Projeto foi concebido para que estes espaços funcionassem tão somente como “bibliotecas verdes”, mas com o passar dos anos as Salas Verdes têm demonstrado suas múltiplas potencialidades e funcionalidades, e atuando cada vez mais como verdadeiros centros de informação e formação ambiental (SILVA, 2010, p.20; FONSECA e FRENEDOSO, 2012, p.187).

As salas verdes estão inseridas no contexto do enraizamento da educação ambiental nos Estados e Municípios brasileiros, em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999), que em seu Art. 1º define por educação ambiental “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Segundo Fonseca (2013), sob a coordenação do Departamento de Educação Ambiental (DEA/MMA) e vinculado a instituições públicas ou privadas, esses espaços podem se dedicar a projetos, ações e programas educacionais, cumprindo um papel articulador entre os diversos segmentos da sociedade, incentivando sua participação efetiva na gestão ambiental em suas respectivas áreas de influência e atuação.

As Salas Verdes estão presentes em todas as regiões do Brasil, totalizando atualmente 359 salas, localizadas majoritariamente em prefeituras municipais, secretarias de meio ambiente e educação, universidades e institutos federais. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2016), a região Sudeste apresenta o maior número de salas (129), das quais 8 situam-se no estado do Espírito Santo.

Dentre as salas capixabas está a Sala Verde Caparaó, localizada no município de Ibatiba, sendo o objetivo do presente trabalho apresentar sua

história, ações e projetos desenvolvidos na região do Caparaó, e como estes têm contribuído para a construção de valores, conhecimentos e atitudes voltadas para a conservação e gestão ambiental, a partir da educação ambiental em espaços não formais.

1. A Sala Verde Caparaó e a educação ambiental em espaços não formais

No ano de 2013, atendendo às demandas do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), foi criada no município de Ibatiba/ES a *Sala Verde Caparaó*, com o objetivo geral de estabelecer um espaço de formação e educação ambiental visando o desenvolvimento de atividades relacionadas ao meio ambiente, principalmente no contexto local e regional, bem como a realização de atividades de cunho social e cultural, de forma interdisciplinar e integrada, num processo de valorização, recuperação, enriquecimento, ampliação e manutenção dos recursos naturais como a busca de melhor qualidade de vida e processo de ensino-aprendizagem.

Trata-se de uma iniciativa do *Campus Ibatiba* do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) impulsionada pela missão, valores e estratégias deste instituto, que busca por meio da educação profissional subsidiar o fortalecimento das práticas de ensino, pesquisa e extensão em todas as regiões do estado do Espírito Santo. Nesta unidade do IFES funciona o Grupo de Pesquisa e Prática em Educação Ambiental (GPPEA), que vislumbrou então a possibilidade de ampliar a abrangência e efetividade de suas ações por meio do estabelecimento de uma Sala Verde, que se concretizou em 2013.

A microrregião do Caparaó abrange municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo, dentre eles Ibatiba/ES, distante da capital Vitória por 169 km. Com 22.366 habitantes e 241 km² de área territorial, o município está sob o domínio do bioma Mata Atlântica, apresenta topografia acidentada (altitudes variando de 650 à 1500m) e apenas 2% de sua cobertura florestal natural, distinguindo-se, segundo IBGE (2011), as tipologias florestais conhecidas por Floresta Ombrófila Densa e Floresta Estacional Semidecidual.

De acordo com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER (2011), o setor agropecuário tem grande

importância na economia local uma vez que representa 25,3% do PIB, e responde por 66% dos postos de trabalho do município, com destaque para a cafeicultura, presente em quase a totalidade de suas 1.496 propriedades rurais. A estrutura fundiária de Ibatiba revela um predomínio absoluto (98,2%) de pequenas propriedades (entre 1 a 4 módulos fiscais, que no município equivale a 20 hectares) cuja produção é baseada na mão-de-obra familiar ou no regime de parcerias agrícolas entre diferentes agentes das comunidades rurais.

As características mencionadas potencializaram nesta região a adoção de modelos de exploração agropecuária intensivos, onde o manejo inadequado dos recursos naturais gradativamente levaram à degradação do meio ambiente, à perda na capacidade produtiva dos solos, à diminuição da biodiversidade e no comprometimento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Considerando este cenário, Correia (2012) e Morais et al. (2015) comentam que é extremamente importante proporcionar à sociedade a oportunidade de refletir sobre esta realidade de desequilíbrio e sensibilizá-la para a necessidade de mudança de atitude diante das questões ambientais.

Assim a educação ambiental se apresenta como uma grande aliada na busca pela sustentabilidade, e deve ser utilizada como instrumento de transformações de hábitos e práticas sociais, de modo a contribuir para a formação de uma cidadania ambiental, consolidando iniciativas capazes de mudar o atual modelo de nossa sociedade (JACOBI, 2005, p. 243 ; LOUREIRO, 2011, p. 73).

Neste contexto nasceu a *Sala Verde Caparaó*, que tem como propósito fomentar a educação ambiental nos diversos segmentos da sociedade local e regional, no âmbito da educação formal, e principalmente da educação não formal, por entender que somente pela inserção do indivíduo em ações participativas e coletivas será possível desenvolver nele o desejo de mudança.

A educação ambiental formal, considerada um processo institucionalizado que ocorre nas unidades de ensino públicas ou privadas, segundo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), deve ser desenvolvida preferencialmente como uma prática integradora, e não como simplesmente uma disciplina no currículo escolar (FONSECA, 2013, p. 30).

No entanto, o que se vê nas escolas do Brasil ainda hoje é um ensino fragmentado e teórico, onde a reflexão sobre as questões ambientais fica restrita a uma ou poucas disciplinas, que por meio de abordagens isoladas e mecânicas impedem a compreensão da real complexidade do meio ambiente. Segundo Narcizo (2009) e Torales (2013) em parte podemos atribuir esta realidade à dificuldade dos professores trabalharem a educação ambiental, devido à sua própria formação inicial deficiente, estruturada num modelo cumulativo de conteúdos específicos de diferentes disciplinas, sem que haja entre eles nenhuma integração.

Ressalta-se então a necessidade de trabalhar a educação ambiental de forma integrada com diferentes atores da sociedade, e interdisciplinar no contexto dos afazeres pedagógicos, de modo que o professor assuma um papel de agente transformador, capaz de construir valores e desenvolver atitudes na formação de cidadãos ambientalmente responsáveis (FONSECA, 2013, p.31; CRUZ et al, 2016, p.185).

Uma das maneiras de contribuir para o desenvolvimento de uma visão de mundo integrada é a promoção da educação ambiental em espaços não formais, realizada fora das escolas, de modo a permitir maior liberdade na seleção de conteúdos e metodologias de ensino que clareiem e reforcem os conceitos necessários a uma sensibilização mais efetiva das pessoas quanto à temática ambiental (SILVA, 2008, p.50). Apesar disto, em muitos exemplos de educação ambiental em locais não formais, o que se observa na prática é uma visão reducionista onde o processo educativo se restringe à transmissão de conhecimentos específicos e naturais, centrados apenas na preservação e conservação da natureza (FIORI, 2006, p.77; FONSECA, 2013, p.32).

Desta forma, a construção do pensamento ambiental responsável e sustentável empreendido por cada indivíduo depende do entendimento das complexas relações entre os seres vivos e o ambiente, e especialmente das consequências das ações humanas sobre o equilíbrio destas relações. Para tal é preciso promover ações de reflexão participativas e coletivas para que as pessoas se sintam efetivamente integrantes deste ambiente, e desenvolvam verdadeiramente um desejo de mudança na condução de suas práticas diárias em prol de uma vida sustentável (SANTOS, 2012, p.20).

Visando proporcionar ambientes e situações favoráveis a uma reflexão mais dinâmica e participativa da sociedade sobre as questões socioambientais no município de Ibatiba e região, desde 2013 a *Sala Verde Caparaó* tem desenvolvido algumas importantes ações que serão descritas a seguir.

2. Sala Verde Caparaó: Experiências e ações desenvolvidas

Antes de apresentar as ações apoiadas pela *Sala Verde Caparaó* após sua constituição oficial, torna-se necessário descrever o trabalho considerado como o marco inicial da atuação do IFES Campus Ibatiba em projetos de educação ambiental e assistência ao desenvolvimento sustentável na região de Ibatiba/ES, e o precursor de inúmeras iniciativas no contexto socioambiental, dentre elas a própria Sala Verde.

Trata-se de um diagnóstico rápido participativo (DRP) realizado junto às comunidades de produtores rurais do município de Ibatiba/ES. Este trabalho surgiu no contexto de integração de práticas pedagógicas e conteúdos de disciplinas do curso técnico em meio ambiente do IFES-Ibatiba, e da própria demanda de produtores rurais que já procuravam no instituto algum tipo de orientação e assistência para implementarem práticas de manejo mais sustentáveis em suas propriedades.

Assim, com o apoio de servidores e alunos, foram selecionadas quatro associações de produtores rurais, cujos objetivos variavam entre: assistir os associados; articular compra e venda de insumos e produtos agrícolas; promover eventos sociais e culturais de integração dos agricultores; implementar ações de preservação do meio ambiente melhoria da qualidade da vida no campo; incentivar a diversificação agrícola; e incrementar o eco e agroturismo a partir do desenvolvimento sustentável.

As associações selecionadas foram: Associação Comunitária Ecológica Rural Familiar de Ibatiba-Coletor Boa Vista (ACERFI-CB), localizada no Córrego Carangolas; Associação de Produtores(as) Rurais de Santa Maria (APROSAM), no Córrego Santa Maria de Baixo; Associação Comunitária dos Agricultores(as) Familiares da Comunidade do Perdido, no Córrego do Perdido; e Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Comunidade dos Rodrigues e adjacências, localizada no Córrego dos Rodrigues.

Em cada associação foi realizado o diagnóstico rápido participativo (DRP), segundo metodologia proposta por Verdejo (2006), que divide o trabalho em três etapas, sendo elas: (i) apresentação da equipe de facilitadores na comunidade; (ii) análise da situação atual com seus problemas, potencialidades e limitações e, (iii) aprofundamento da análise, enfocando a busca de soluções viáveis de forma participativa.

Com o intuito de incentivar a participação efetiva dos produtores e dar suporte a segunda e a terceira etapas do DRP foram confeccionados mapas pelos próprios participantes, que com o auxílio de pinceis de cores variadas puderam destacar e localizar as situações diagnosticadas pelo grupo (Figura 1).

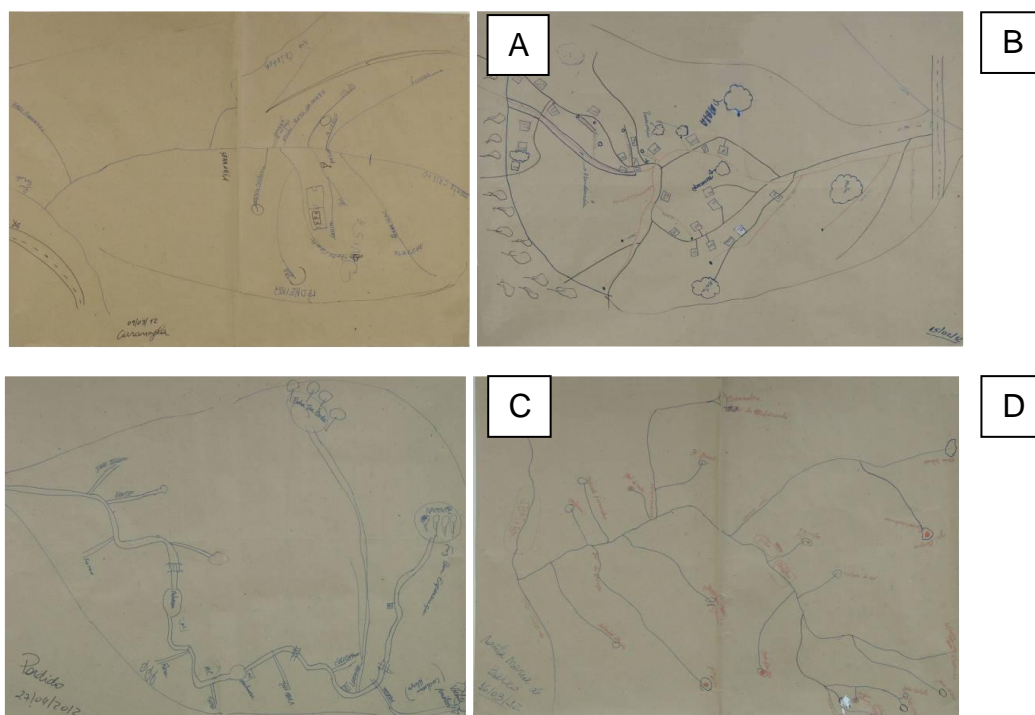


Figura 1 - Mapa das comunidades do Córrego Carangolas (A), Córrego dos Rodrigues (B), Córrego Perdido (C) e Córrego Santa Maria (D).

A partir da elaboração dos mapas foi realizada uma dinâmica de diálogo e reflexão, de modo a promover um aprofundamento das causas e possíveis soluções para as situações levantadas pelas comunidades (Figura 2). Em síntese o DRP evidenciou se tratarem de comunidades essencialmente de

agricultores familiares, cuja renda se baseia no cultivo de café, banana, mandioca, milho, feijão, frutíferas e eucalipto. A maioria das propriedades não possuíam áreas de conservação, como as reservas legais e as áreas de preservação permanente, e todos os produtores revelaram utilizar agrotóxicos no manejo de suas lavouras, apesar de demonstrarem conhecimento sobre o assunto e os riscos da não utilização dos equipamentos de proteção adequados.



Figura 2 - Elaboração de mapa e reflexão sobre as situações identificadas no Córrego Carangolas (A), Rodrigues (B), Santa Maria (C), e Perdido (D).

Ao final da dinâmica os próprios membros das comunidades sugeriram algumas ações e melhorias que poderiam contribuir para a resolução e/ou minimização dos problemas identificados (Tabela 1).

Tabela 1 - Sugestões de melhoria apresentadas pelas comunidades rurais participantes do diagnóstico participativo.

Comunidade	Sugestões de melhoria.
Carangola	- Construção de fossas sépticas; - Coleta de embalagens de agrotóxicos na localidade e; - Reflorestamento das nascentes.
Perdido	- Orientação e assistência relativas à conservação das Áreas de Preservação Permanente.
Rodrigues	- Novas estradas e melhoria no transporte escolar; - Orientação sobre proteção dos córregos e preservação das nascentes; - Construção de fossas;
Santa Maria	- Desenvolver e incentivar fontes alternativas de renda para as famílias, por meio de cursos de costura, fabricação de doces, bordado, pintura entre outros.

A partir deste diagnóstico, o IFES-Ibatiba sentiu a necessidade de se organizar de maneira a atender adequadamente a comunidade local que passou a demandar cada vez mais apoio no desenvolvimento de trabalhos de cunho socioambiental na região. Surgiram a partir daí projetos como *Caparaó Berço das Águas*, atuando na recuperação de nascentes, e o *Sala Verde Caparaó*, objeto principal deste artigo.

Simultaneamente ao projeto *Sala Verde Caparaó* e com a mesma finalidade de ampliar suas ações, o Grupo de Pesquisa e Prática em Educação Ambiental (GPPEA) do IFES-Ibatiba criou o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica – NEA⁴, que visa contribuir com o GPPEA e com a Sala Verde integrando atividades de pesquisa, educação e extensão de modo a construir e disseminar conhecimentos e práticas agroecológicas e de produção orgânica na região do Caparaó.

⁴ Criado em dezembro de 2013, o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica – NEA é uma iniciativa que visa integrar atividades de pesquisa, educação e extensão de modo a construir e disseminar conhecimentos e práticas agroecológicas e de produção orgânica. Sua implantação no *Campus* Ibatiba do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Agroecologia pode ser entendida como uma ciência que busca a integração de princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Trata-se de uma abordagem que pressupõe profundas mudanças nas formas de apropriação dos recursos naturais, de forma a harmonizar a produção de alimentos com as estratégias vitais dos componentes biológicos dos sistemas agropecuários e ecológicos. Neste contexto, segundo Crivellaro et al. (2008) e Santos e Oliveira (2015), a educação ambiental e a agroecologia estão intimamente relacionadas, uma vez que ambas surgem desta necessidade de mudança de estilo de vida e percepção do ambiente.

Com o intuito de agregar valor à agricultura familiar, fixar as pessoas no campo e fortalecer a segurança alimentar, o NEA e a *Sala Verde Caparaó* fomentam o uso da tecnologia conhecida como Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS). Trata-se de uma metodologia de manejo agroecológico que integra a produção de ovos e galinhas caipiras com a produção de hortaliças, num sistema circular, onde o plantio é realizado ao redor do galinheiro. Entre os anos de 2014 e 2015 foram implantadas duas unidades de produção PAIS, nas comunidades rurais de Santa Maria e Rodrigues, na zona rural de Ibatiba, que têm contribuído para a diversificação da produção e complementação de renda para os proprietários (Figura 3).



Figura 3 – Unidades de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), incentivadas pelo NEA e pela *Sala Verde Caparaó*.

A parceria Sala Verde e NEA desenvolve um trabalho de incentivo ao cultivo de hortas em pequenos espaços, especialmente importante para a população urbana, que na sociedade contemporânea tem dedicado pouco

tempo aos cuidados com sua alimentação e saúde. A adaptação e transferência de tecnologia de produção de hortaliças para os mais variados ambientes domésticos propicia ao público urbano maior contato com a natureza a partir da interação com as plantas, além de suprir seu desejo de consumir alimentos frescos e saudáveis, livres de agrotóxicos (CLEMENTE e HABER, 2012, p.9).

Dentre os objetivos já mencionados da Sala Verde Caparaó estão o resgate e valorização de aspectos de importância social e cultural em sua região de abrangência, como forma de melhorar o processo de ensino-aprendizagem, e por consequência a qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, uma das ações desenvolvidas em sua parceria com o NEA baseia-se no resgate de conhecimentos populares sobre plantas medicinais e sementes crioulas (Figura 4).

O uso de produtos naturais com fins medicinais constitui uma das práticas mais remotas utilizadas pelo homem para a cura, prevenção e tratamento de doenças. Segundo Alvim et al. (2006) e Firmo et al. (2011) o conhecimento sobre as plantas medicinais acompanha a evolução do homem através dos tempos, e esta informação vem sendo transmitida de geração em geração, oralmente, ou por meio de registros escritos.

Sementes crioulas são denominações dadas àquelas sementes originadas do trabalho de sucessivas gerações de agricultores que selecionaram, multiplicaram e compartilharam as sementes das plantas cultivadas em suas propriedades. Para Boef (2007) e Santilli (2012) a diversidade genética produzida e mantida por estes sistemas não formais tem grande importância sobre os aspectos de segurança alimentar e sobrevivência da agricultura familiar, uma vez que torna as plantas mais flexíveis e capazes de se adaptarem a condições socioambientais locais específicas.



Figura 4 - Resgate de conhecimentos populares sobre plantas medicinais e sementes crioulas na região do Caparaó.

O resgate e a disseminação desses conhecimentos podem e devem fazer parte de práticas educativas voltadas à sensibilização da sociedade em geral, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes e habilidades que valorizem a cultura local e promovam a melhoria na qualidade de vida das pessoas (LAUTER et al, 2006, p. 6). Neste contexto, podemos destacar o trabalho de divulgação destes conhecimentos pela *Sala Verde Caparaó*, realizado em 2014 nos eventos “Feira Verde” (Figura 5A) e “Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente” (Figura 5B), promovidos respectivamente pelas Prefeituras Municipais de Ibatiba/ES e Muniz Freire/ES.



Figura 5 – Participação da *Sala Verde Caparaó* na *Feira Verde* (Ibatiba/ES) e na *Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente* (Muniz Freire/ES).

O fortalecimento e a importância da agroecologia no contexto do desenvolvimento no meio rural e da segurança alimentar foram abordados ainda por meio de outras duas ações da Sala Verde Caparaó (Figura 6). Uma delas diz respeito a uma dinâmica realizada na Escola Família Agrícola de Brejetuba – ES, onde foram ministradas palestras sobre agroecossistemas, e implantado um minhocário e uma composteira, para produção de compostos orgânicos a serem utilizados na horta da escola. Este trabalho foi realizado em agosto de 2014 e envolveu mais de 100 participantes, entre alunos, professores e agricultores.

A outra ação refere-se ao ciclo de palestras realizadas entre agosto de 2015 e janeiro de 2016, sobre o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), envolvendo mais de 60 moradores e produtores rurais das Comunidades de Carangolas e Perdido, em Ibatiba, e Comunidade do Bairro Boa Fé, no município de Alegre. Trata-se de um programa elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente para os agricultores familiares, com o objetivo de fomentar ações educacionais que promovam a agroecologia e as práticas produtivas sustentáveis.



Figura 6 – Fortalecimento da agroecologia no contexto do desenvolvimento no meio rural e da segurança alimentar na Escola Família Agrícola de Brejetuba (A) em comunidades rurais na região de Ibatiba/ES (B).

A atualização de conhecimentos e a troca de experiências estão também entre as atividades incentivadas pela parceria entre a Sala Verde Caparaó e o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica – NEA, que têm como foco a integração de atividades de pesquisa, educação e

extensão de forma a construir e disseminar conhecimentos relacionados à produção agroecológica e orgânica.

Desde sua consolidação esta parceria já participou e/ou colaborou na organização de quatro eventos, entre congressos, simpósios e seminários de alcance nacional e até internacional. Nessas participações foram apresentados ao todo 14 trabalhos de pesquisa e extensão, elaborados a partir suas das ações e experiências.

Merece destaque aqui a organização do “I Encontro de Experiências na Agricultura Familiar do Território Caparaó – ES”, realizado em 2014 no distrito de Anutiba, município de Alegre/ES (Figura 7). O tema deste evento foi “Mulheres na Agricultura”, como uma forma de valorizar a importância do trabalho desenvolvido pelas mulheres no contexto da agricultura familiar da região.



Figura 7 – Participação da *Sala Verde Caparaó* no *I Encontro de Experiências na Agricultura Familiar do Território Caparaó – ES*, realizado em 2014 no distrito de Anutiba, município de Alegre/ES.

A partir do entendimento de que a linguagem audiovisual é um recurso de grande importância na construção de valores culturais em consonância com a sustentabilidade socioambiental, configura um dos trabalhos da *Sala Verde Caparaó* organizar anualmente a Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente. Trata-se de uma ação no âmbito da iniciativa do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio

Ambiente (DEA/MMA) conhecida como Circuito Tela Verde (CTV). Em parceria com a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura são selecionados vídeos com conteúdo socioambiental para serem exibidos em todo o território nacional.

Os vídeos selecionados pela equipe do CTV nos anos de 2014 e 2015, referentes à 5ª e 6ª Mostra, foram exibidos durante a *Semana de Meio Ambiente* do IFES-Ibatiba (Figura 8), e os temas gerais dos materiais audiovisuais foram utilizados para ampliar o debate e a reflexão crítica acerca das questões socioambientais de importância local e regional. Participaram destas exibições mais de 430 pessoas, em sua maioria estudantes e professores.

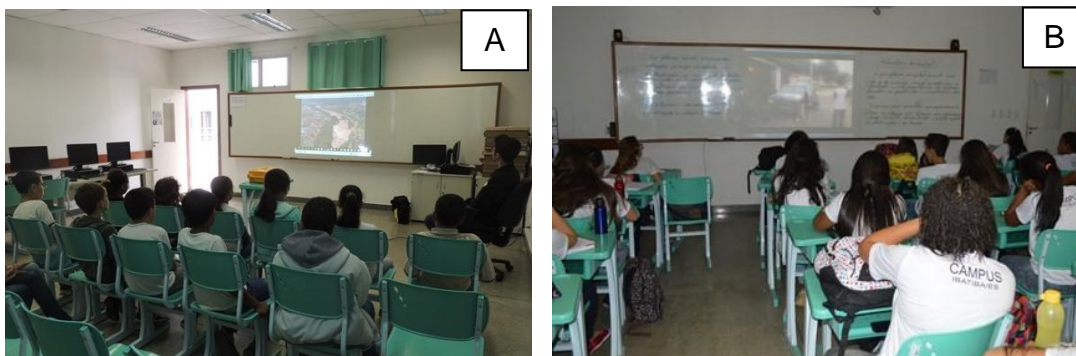


Figura 8 – 5ª e 6ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente, realizadas durante a *Semana de Meio Ambiente* do IFES-Ibatiba, respectivamente nos anos de 2014 (A) e 2015 (B).

Considerações Finais

As ações desenvolvidas pela *Sala Verde Caparaó* em suas diversas parcerias buscam trabalhar a educação ambiental, especialmente em espaços não formais, de maneira que essas práticas facilitem o processo de ensino-aprendizagem e contribuam para a formação do cidadão.

Dessa forma pretendemos trabalhar em rede com outros núcleos de educação ambiental do estado para a implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar nos territórios.

Neste contexto a equipe do projeto deseja, a partir da consolidação e diversificação de suas ações envolver ainda mais atores da sociedade de forma ampliar a reflexão participativa e coletiva sobre as

questões socioambientais na região do Caparaó, promovendo verdadeiramente uma melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Agradecimentos

Ao Ministério do Meio Ambiente pelo apoio à Implantação da *Sala Verde Caparaó*.

Ao MEC e MAPA, por meio do CNPq, pelo apoio financeiro ao Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Ibatiba, processo 487472/2013-6.

Referências

ALVIM, N. A. T. et al. **O uso de plantas medicinais como recurso terapêutico: das influências da formação profissional às implicações éticas e legais de sua aplicabilidade como extensão da prática de cuidar realizada pela enfermeira.** *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 14, n. 3, maio/jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n3/pt_v14n3a03.pdf>. Acesso em: 03 mai 2016.

BOEF, W. S. **Uma perspectiva de sistemas aproximando agricultores e pesquisadores no manejo comunitário da agrobiodiversidade.** In: BOEF, Walter de; THIJSSSEN, Marja Helen; OGLIARI, Juliana Bernardi; STHAPIT, Bhuwon R. (Orgs.). **Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário.** Porto Alegre: LePM, 2007. p. 59-66.

BRASIL (1999). Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 13 abr. 2016.

BRASIL (2016). Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **Projeto Salas Verdes.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educomunicacao/salas-verdes>>. Acesso em: 15 mai 2016.

CLEMENTE, F. M. V. T.; HABER, LENITA, LIMA. **Horta em pequenos espaços**. Brasília, DF: Embrapa, 56 p. 2012.

CORREIA, C. J. S. **O projeto sala verde em União dos Palmares/AL: possibilidades e desafios de um centro de referência em educação ambiental**. *Ambiente e Educação*, Rio Grande, v. 17, n. 2, p. 79–92, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ambeeduc/article/view/2558/2168>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CRIVELLARO, V. L.; CASTELL, C. H. G. P.; SILVEIRA, L. M. **Agroecologia: um caminho amigável de conservação da natureza e valorização da vida**. Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – NEMA. Rio Grande: NEMA, 28 p., 2008. Disponível em: <<http://www.nema-rs.org.br/files/publicacoes/agroecologia.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

CRUZ, C. A.; MELO, I. B. N; MARQUES, S. C. M. **A educação ambiental brasileira: história e adjetivações**. *Revbea*, São Paulo, v. 11, n.1, p. 183-195, 2016. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/revbea/index.php/revbea/article/view/4718/3107>>. Acesso em: 10 maio 2016.

FIORI, A. **A percepção ambiental como instrumento de apoio de programas de educação ambiental da Estação Ecológica de Jataí** (Luiz Antônio, SP). 2006. 130 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade de São Carlos, São Paulo, 2006.

FIRMO, W. C. A. et al. **Contexto histórico, uso popular e concepção científica sobre plantas medicinais**. *Cad. Pesq.*, São Luís, v. 18, n. especial, dez. 2011. Disponível em: <[http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%2010\(9\).pdf](http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%2010(9).pdf)>. Acesso em: 07 abr. 2016.

FONSECA, J. **Diagnóstico da gestão e ações de educação ambiental realizadas por uma sala verde localizada no município Divinópolis – Minas Gerais / José Maria Vieira da Fonseca**. 2013. 146 P. Tese (Doutorado em

Ensino de Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2013.

FONSECA, J. M.; FRENEDOSO, R. Educação ambiental desenvolvida pela Sala Verde Frei Paulino em Divinópolis - MG: projeto reciclando. **Natureza on line**, Santa Tereza/ES, 10 (4): 186--190. Out-Dez. 2012. Disponível em: <www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/pdf/08_FonsecaeFrenedozo_186190.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2016.

IBGE (2011). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios**. IBGE, 2011. Disponível em:<<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-do-ibge/censo-demografico-ibge-2010.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

INCAPER (2011). Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural. **Programa de assistência técnica e extensão rural - PROATER**, 2011. Disponível em: <<http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Caparao/lbatiba.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2., p. 233-250, maio/ago. 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a07v31n2.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

LAUTERT, C.J.; KLEINÜBING, L. P.; ZENKER, L. M.; CARVALHO, T. Q. (Org.) **A educação ambiental inovando a gestão**. Porto Alegre, RS: Kraskin e A+, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. p. 73-104. In: **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. LOUREIRO, C.F.B; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Org.). 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAIS, J. L.; CANEDI, P. L. R.; CORTELAZZO, I. B. C. Educação Ambiental na prática pedagógica de professores participantes de um curso de extensão em Educação Ambiental, modalidade *blended learning* **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, v. 32, n.2, p. 380-396, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/5552/3468>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

NARCIZO, K. R. S. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. **Rev. Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**, v. 22, jan./jul. 2009. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol22/art6v22.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SANTILLI, J. A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 7, n. 2, p. 457-475, maio-ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n2/v7n2a09.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

SANTOS, R. S. S. **A Formação de Professores em Educação Ambiental: processo de transição para a sustentabilidade**. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012. Junqueira e Marin Editores Livro 2 p. 750-760, 2012.

SANTOS, T. R.; OLIVEIRA, H. S. Agroecologia como temática de educação ambiental na preservação dos ecossistemas através da redução de agrotóxicos no contexto rural. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Ed. Especial: Dossiê Educação Ambiental. p 135-147, jan/jun. 2015. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/4671/3393>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SILVA, A. C. S. O trabalho com educação ambiental em escolas de ensino fundamental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, v. 20, p. 37-52, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3827/2278>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SILVA, F. D. **Relatório descritivo e analítico contendo o estado atual das Salas Verdes e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, 2010. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/281/Salas%20Verdes%20e%20Coletivos%20Educadores_Fabio_Deboni.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

TORALES, M. A. A inserção da educação ambiental nos currículos escolares e o papel dos professores: da ação escolar a ação educativo-comunitária como compromisso político-ideológico. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. ISSN-E 1517-1256 – ISSN 2318-4884. v. especial, p 1-17, mar. 2013. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3437/2064>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 62 p., 2006.